

**EMENDA Nº - CCJ**  
**(ao PLP 112/2021)**

Insira-se o inciso XV ao artigo 170 do PLP n.º 112, de 2021, com a seguinte redação:

Art. 170.....

.....

“XV - Durante o transcurso do prazo de inelegibilidade, o acúmulo com eventuais condenações posteriores que impliquem restrição à capacidade eleitoral passiva deve ser unificado para atender ao limite máximo de 12 (doze) anos”. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O dispositivo ora proposto já foi discutido, deliberado e aprovado em agosto de 2023 pela Câmara dos Deputados por ocasião da análise do PLP n.º 192, de 2021, correspondendo ao § 8º do art. 2º da proposição, que se encontra na CCJ.

A emenda tem o escopo de fixar o prazo máximo de 12 anos para a inelegibilidade, evitando-se que o ajuizamento de novas ações e a acumulação ilimitada de condenações ulteriores resultem na inelegibilidade perpétua de qualquer cidadão brasileiro.

Sala da comissão, 25 de março de 2024.

